



## Aborto Legal: Estados começam a implantar o serviço na rede pública

*Até o final do ano a Comissão de Justiça da Câmara deverá apreciar o projeto de lei que obriga a rede pública de saúde a atender os casos de aborto legal (estupro e risco de vida da gestante). Alguns municípios - São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Brasília - e o Estado do Pernambuco, já têm serviços deste tipo, e em Goiânia e Porto Alegre estão sendo implantados. Nesta edição, o presidente do Conselho Federal de Medicina, Waldir Mesquita dá a sua opinião acerca do projeto, e afirma " a demora na implantação no restante do País se deve ao preconceito da população e de autoridades em relação ao tema. Somos uma população com raízes religiosas o que às vezes dificulta a evolução da ciência", conclui o médico.*

(Págs. 6 e 7)

### Advogadas discutem reforma do Código

A Ordem dos Advogados do Brasil realizou sua XVI Conferência Nacional, em Fortaleza, no Ceará. Cinquenta por cento dos 4.000 participantes do evento eram mulheres. A reforma do Código Penal nas questões da mulher foi tema de um dos painéis especiais que chamou a atenção do

público. A mesa de debates, de iniciativa da Articulação de Mulheres Brasileiras, foi presidida pela Dra. Ivone Vilanova (OAB-ES). Entre as debatedoras estavam a Deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) e Iáris Ramalho Cortês, do CFEMEA.

(Pág. 3)



Impress nº 83

**4** Assassinato no Pará

**11** Conferência Nacional de Saúde

**12** Grupo Raça Etnia

### Prevenção de câncer

O SOS Corpo adotou neste ano uma tática diferente para propagar a campanha de prevenção do câncer de colo: a interiorização. É a campanha *Prevenção de câncer de colo* que está sendo

intensificada nas cidades do interior de Pernambuco através de mensagens publicitárias, treinamento de profissionais e entrevistas.

(Pág. 10)

### Estratégias de Igualdade

Este é o título do documento elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, contendo estratégias para a implantação da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, no Brasil. A Presidente do CNDM, Rosiska Darci

de Oliveira, em artigo publicado nesta edição fala sobre o seu objetivo de divulgar em círculos cada vez mais amplos o espírito da Plataforma de Pequim e abrir espaços para parcerias que resultem na sua implementação.

(Pág. 8)

## Editorial

Neste mês que a IV Conferência Mundial sobre a Mulher faz o seu primeiro aniversário, os olhos de todas e todos os brasileiros estão voltados para as eleições municipais, a primeira a garantir 20% de candidaturas de mulheres. O Congresso Nacional, em recesso branco, deixou para mais tarde mas para este ano ainda, o balanço deste 1º ano de Beijing'95 e 2º ano de Cairo'94.

Apesar dos plenários vazios da Câmara e do Senado, a Bancada Feminina não dormiu no ponto, e encheu a sala do Presidente do Senado, José Sarney, para assegurar que na retomada dos trabalhos do Congresso os vetos ao planejamento familiar sejam analisados.

As parlamentares também já agendaram uma reunião da Bancada para o dia 15 de outubro, com o objetivo de avaliar os resultados da eleição, definir estratégias com relação aos projetos prioritários da Bancada e para discutir com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher os planos do Executivo para a implementação de Beijing.

Em outubro, esperamos que bem embalados pela primavera, os parlamentares retornem ao Congresso para definir uma pauta extensa de prioridades, a ser cumprida num prazo exíguo, ainda recheado pelo segundo turno em grande parte das capitais.

Neste cenário, transformar a simpatia dos parlamentares com relação a alguns dos projetos de lei relacionados aos direitos das mulheres em ação concreta para dar-lhes a relevância e a urgência necessárias, é tarefa que exige o empenho não só da Bancada Feminina e dos parlamentares mais diretamente envolvidos com esta questão, mas especialmente do movimento de mulheres.

## Planejamento Familiar: veto será apreciado depois da eleição

O Congresso Nacional deverá apreciar o veto presidencial à lei de planejamento familiar, após as eleições municipais. O compromisso foi assumido pelo Presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AC) em resposta ao apelo apresentado por deputadas e senadoras integrantes da bancada feminina que acompanharam a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska Darcy de Oliveira e dirigentes de entidades feministas. A reunião contou com a presença das senadoras Emília Fernandes (PTB-RS), Sandra Zanatto Guidi (PPB-SC), as deputadas Ana Júlia (PT-PA), Laura Carneiro (PFL-RJ), Maria Elvira (PMDB-MG), Maria Valadão (PPB-GO) além da Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska Darcy de Oliveira e as repre-

sentantes do CFEMEA, Guacira Cesar de Oliveira e Alice Libardoni.

Para a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) o Presidente José Sarney manifestou-se solidário com o pleito das lideranças feministas e aproveitou a oportunidade para elogiar a "lei de quotas" que possibilitou às mulheres garantia de pelo menos 20% das vagas para a disputa de cargo nas eleições municipais. Ele disse que está entusiasmado com a disposição com que as mulheres estão participando do processo eleitoral.

A expectativa é que o veto presidencial seja apreciado até dezembro. Segundo a deputada Maria Elvira (PMDB-MG) o veto será derrubado. "O Governo FHC não tem interesse de se desgastar nesse processo", avalia a parlamentar.

## Mulheres lutam pela derrubada do veto presidencial

Cumprindo com a prioridade estabelecida pelo Encontro Nacional, realizado neste mês de agosto, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos enviou correspondência aos líderes do governo no Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando apoio para a derrubada do veto presidencial aos artigos e parágrafos que regulamentam a esterilização voluntária de mulheres e homens no Projeto de Lei 209/91 (Planejamento Familiar).

Manifestando a sua discordância em relação ao veto, a correspondência lembra que o Projeto foi cuidadosamente elaborado a partir de um diálogo constante e efetivo entre o Legislativo, o Ministério da Saúde e o Movimento Social de Mulheres ao longo dos últimos cinco anos, tendo surgido como um caminho necessário para reparar a omissão do poder público quanto à prática indiscriminada e criminoso da esterilização em nosso País.

Finalmente salienta que "o veto presidencial à regulamentação da esterilização, inserida num projeto abrangente de Planejamento Familiar, contraria profundamente os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na Conferência de Desenvolvimento e População do Cairo, em 1994, e na Conferência Mundial da Mulher de Pequim, em 1995, ambas convocadas pelas Nações Unidas".

### CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, Bl. "A" sala 602 - 70718-900 Brasília, DF - Telefone: (061) 225-1664 Fax: (061) 225-2336 E-mail: cfemea@ax.ibase.org.br

Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA  
Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Malô Ligocki e Marlene Libardoni.  
Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputada Jandira Feghali, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling, Socorro Gomes e Zulalé Cobra. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadoras: Benedita da Silva e Marluce Pinto.  
Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Flávia Verucci, Gilse Conzenza, Heleith Saffioti, Lídice da Mata, Luci Choinacki, Maranh Régia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia

de Melo Ávila, Maria Luiza Fontenele, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel e Sueli Carneiro.  
Comitê de Especialistas: Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Flávia Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges de Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jô Moraes, Paola Capelin Giuliano, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.  
Conselho Editorial: Guacira Oliveira, Gilda Cabral e Marlene Libardoni  
Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos  
Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante  
Impressão: Gráfica e Editora Formato - Brasília-DF/Goiânia-GO  
Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur, NOVIB, UNIFEM e FNUAP.

## Advogadas de todo o país discutem a Reforma do Código Penal

Cerca de 2000 mulheres advogadas participaram em setembro da XVI Conferência Nacional dos Advogados que aconteceu em Fortaleza, no Centro de Convenções e que reuniu quase 4000 profissionais de todo o País. O tema central do encontro foi "Direito, Advocacia e Mudança" apresentados em 49 painéis. Paralelamente aos painéis oficiais houve a apresentação de painéis especiais que chamaram a atenção do público como a "Reforma do Código Penal nas Questões da Mulher" de iniciativa da Articulação de Mulheres Brasileiras para implementação da Plataforma de Ação de Beijing em parceria com a Comissão de Mulheres Advogadas de várias subseções da OAB. O debate foi presidido pela Dra. Ivone Vilanova, da OAB/ES que falou sobre a importância da união das mulheres advogadas sobre a reformulação do Código Penal sob a perspectiva das mulheres.

Durante o encontro o CFEMEA apresentou a situação dos projetos de lei sobre o tema, em tramitação no Congresso Nacional e as dificuldades enfrentadas para que as propostas do Movimento de Mulheres sejam aceitas na Subcomissão Especial de Reformulação do Código Penal na Câmara dos Deputados. A representante do CFEMEA, a advogada, Iáris Ramalho Cortês, destacou os projetos que tratam dos crimes sexuais e da violência familiar. Apontou as dificuldades enfrentadas pelos parlamentares solidários com o Movimento de Mulheres, em especial a bancada feminina, para ver reformulado o Código Penal de forma favorável às necessidades femininas tais como a ampliação do conceito de crime de estupro, a criação do tipo penal abuso sexual, entre outros. Para superar essas dificuldades é essencial a parceria de organizações como a OAB, possuidora de um número relevante de mulheres advogadas, que em seu trabalho diuturno, lidam com a problemática da mulher, na legislação e na aplicação da lei.

A Dra. Luciene Araújo, da OAB/PB, trouxe o problema que está ocorrendo em nossos tribunais, que é o jurista legislar enquanto julga. Como exemplo citou o caso recente em que o Ministro Marco Aurélio de Melo, presidente do Supremo Tribunal Federal que assumiu o papel de legislador e deu parecer contrário ao texto do Código Penal, considerando inocente um estupro de menor de 14 anos. Este caso tem sido seguido por alguns de nossos Tribunais, que vem decidindo em consonância com aquele parecer. Apontou a necessidade da criação de um Código de Família autônomo e, conseqüentemente, a criação de um Fórum Especial de Família. Entende que o atual Código Civil não reflete a realidade atual. Finalizou informando que

a Comissão de Mulheres Advogadas da Paraíba está implementando o Programa de Valorização da Mulher Nordestina que, com certeza, irá beneficiar grande número de mulheres daquela região.

Dra. Marilma Torres Golveia, Presidenta do Conselho dos Direitos da Mulher de Alagoas, apontou a forte violência contra a mulher em seu Estado. Descreveu alguns programas que estão sendo desenvolvidos pelo CEDIM-AL, em especial o de combate à violência, que desenvolve em parceria com o Corpo Feminino da Polícia Militar.

A deputada federal Zulaiê Cobra (PSDB-SP) também esteve presente na Conferência. Ela falou da condição da mulher no exercício da advocacia. Citou, entre outras dificuldades, a da mulher advogada cobrar honorários por seus trabalhos, assumir causas que não sejam relacionadas com a família ou o trabalho, exercer postos de decisão nas diversas hierarquias das organizações em que atua, etc. Fez um balanço dos projetos que tramitam na Subcomissão de Reformulação do Código Penal, da qual faz parte, destacando os relacionados com os crimes de estupro, da violência familiar e do assédio sexual. A Deputada discorreu sobre a violência política que as mulheres enfrentam. Este tipo de violência passa despercebida pela sociedade, inclusive pela maioria das mulheres e significa a não oportunidade aos espaços políticos nos diversos fóruns organizados na sociedade. Esta barreira só será dissolvida quando as mulheres se conscientizarem de seu papel político e da importância de sua participação na tomada de decisões do país.

A representante do Ponto Focal da Articulação para a Campanha contra a Violência à Mulher, Lila Dourado, falou sobre a importância do Painel Especial para dar conhecimento à OAB das dificuldades enfrentadas pelo movimento nacional de mulheres nas questões específicas do gênero feminino, frente a reformulação do projeto do Código Penal. Foram feitas denúncias de violências contra mulheres em vários estados brasileiros. Foi denunciada também a postura da OAB com relação à mulher advogada, que ainda é invisível nessa corporação, haja vista a título de exemplo, os crachás da Conferência que foram expressos no masculino, quando a representação feminina atingiu quase metade da participação.

Como conclusão a Presidenta da Mesa, agradeceu a presença de todas e convocou as advogadas para participarem mais efetivamente na luta contra a discrimina-



tempress nº 116

ção à mulher, conclamando para que, na próxima Conferência Nacional da OAB, seja aberto um espaço oficial para se debater a questão da mulher de forma mais ampla, contemplando os diversos aspectos jurídicos que envolvem a especificidade da mulher, inclusive com um debate sobre a elaboração e aplicação da lei em relação ao gênero. Um segundo momento de grande importância para as mulheres advogadas presentes à Conferência foi a criação, em Assembléia Nacional, do **Colégio Brasileiro das Mulheres Advogadas - CBMA**, uma iniciativa da Comissão Permanente da Mulher Advogada (CPMA)-Seção do Estado do RJ- O **Colégio Brasileiro das Mulheres Advogadas** é um órgão de caráter consultivo e de assessoria à OAB, Conselho Federal e Conselhos Seccionais, no âmbito das matérias pertinentes à mulher, à criança e o adolescente. Seu objetivo primeiro é "propugnar pela prática efetiva de todos os direitos e deveres das mulheres, especialmente as advogadas, garantindo seu espaço social, político e profissional, além de desenvolver atividades para a ampla defesa de sua cidadania" (Regimento do CBMA, art. 2º letra a). A Diretoria eleita tem como Presidenta a Dra. M. Regina Purri Arraes, da Seccional do Rio de Janeiro. A sede do CBMA será itinerante e atualmente está fixada no Rio de Janeiro. Poderão participar da CBMA advogadas inscritas na Ordem dos Advogados do Brasil de todas as Seccionais, que desejem colaborar com os objetivos constantes do Regimento do Colégio.

A Presidenta eleita fez um apelo para que as interessadas desenvolvam trabalho em sua Seccional, no sentido de que seja aprovada, pelo Conselho Federal da OAB, a *Recomendação* aprovada na Assembléia Geral do CBMA, em Fortaleza, cujo objetivo é a modificação do art. 64 do Regulamento Geral da OAB, tornando assim efetiva a existência do **Colégio Brasileiro das Mulheres Advogadas** como órgão consultivo da OAB. Para maiores informações contactar com Dra. M. Regina Purri Arraes, da Seccional do Rio de Janeiro nos seguintes telefones: (021) 210-3244. Av. Marechal Câmara 186, 6º andar - CEP: 20020-080 - Castelo-RJ.

## Fórum Paulista Mulher e Poder elabora propostas para as candidatas municipais

O Fórum Paulista Mulher e Poder elaborou propostas destinadas às candidaturas municipais de 1996 à Prefeitura e Câmara de Vereadores dos Municípios do Estado de São Paulo. O objetivo foi fazer com que as(os) candidatas(os) incorporassem na sua plataforma política as recomendações de Beijing e que também levassem em conta a perspectiva de gênero, raça, etnia e classe social na elaboração e execução de suas políticas públicas.

No documento entregue às(aos) candidatas(os) no dia 27 de agosto, o Fórum apresentou pressupostos que devem definir as atividades das administrações municipais no Executivo e Legislativo como: formas de participação popular na elaboração e fiscalização da execução dos orçamentos municipais e investir em questões sociais e capacitação de quadros municipais com atendimentos das questões das mulheres etc...

O Fórum alerta também sobre a importância de se conhecer bem a Lei Orgânica e o Plano Diretor do Município e recomenda que cada município assuma compromissos definidos pela Plataforma de Beijing, da Convenção Interamericana de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher) e da Convenção Paulista sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher.

## Candidatas participaram de curso de treinamento no Acre

Fortalecimento e criação de Conselhos dos Direitos da Mulher, teste de paternidade, implementação de programas de geração de renda junto às mulheres de baixa renda em especial as chefes de família e defesa do orçamento participativo. Estes foram alguns dos itens definidos na plataforma suprapartidária das mulheres resultante do treinamento para candidatas às eleições municipais que aconteceu no final de agosto em Rio Branco-Acre.

A Plataforma reuniu propostas retiradas a partir dos debates do Treinamento e das resoluções do II Encontro de Mulheres do Acre realizado em março de 1995. O II Encontro foi preparatório para a Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras e para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher- Beijing'95. As propostas relatam demandas muitas vezes esquecidas ou deixadas em segundo plano nas prioridades dos municípios. A Plataforma reforça a defesa suprapartidária dos avanços e da continuidade das políticas sociais que vem dando certo.

O Treinamento para Candidatas faz parte da campanha "Mulheres sem Medo do Poder" e foi realizado em parceria entre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (Rio Branco) e com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). O Treinamento contou com 40 participantes sendo 20 delas candidatas de diversos partidos. A avaliação do encontro foi positiva na opinião das candidatas, porém ressaltaram que o curso foi realizado muito próximo das eleições, o que inviabilizou a participação de muitas candidatas.

## Líder do Movimento de Mulheres é assassinada no Pará

Vários movimentos sociais do Pará e entidades de classe estão enviando cartas e telegramas ao Ministro da Justiça, Nelson Jobim, solicitando investigação urgente do assassinato de Neire Reijane dos Santos Guimarães, 33 anos, membro da Coordenação regional e municipal do MMNEPA - Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense. Ela foi assassinada por um pistoleiro no dia 6 de setembro, entre 19:00 e 20:00hs, em casa, no município de Mãe do Rio, à 200 Km de Belém, na rodovia Belém-Brasília. Reijane tinha dois filhos e era casada com Nonato Guimarães, ex-deputado estadual pelo PT e membro atual do Diretório Estadual do PT/PA.

Recentemente no MMNEPA, Reijane estava reivindicando melhorias na área de saúde como a criação do Departamento de Assistência à Saúde da Mulher (DASM) para funcionar dentro da Secretaria, a instalação do Conselho Municipal de Saúde e que a Secretaria contratasse no mínimo um médico para atender com exclusividade as populações rural e dos bairros periféricos. Reijane não viu os projetos realizados porque a Prefeitura alegou que não tinha recursos. Em março deste ano mais de 2 mil mulheres denunciaram publicamente a falta de vontade política para resolver o problema de saúde na região. Reijane atualmente era supervisora do Censo Demográfico do IBGE em Mãe do Rio. Este município sofreu um processo de fraude no censo anterior. Reijane havia descoberto a fraude, comunicado ao grupo de recenseadores e estava disposta a apontar o nome dos culpados.

Quem quiser se engajar na luta pela punição dos culpados do assassinato de Reijane dos Santos Guimarães, líder do MMNEPA, pode solicitar informações nos seguintes telefones: (091)241-6631/981-3227/223-3566/821-1716.

## Por que aceitar a Corte Interamericana de Direitos Humanos?

Flávia Piovesan

Silvia Pimentel

Valéria Pandjarian

As atrocidades e os horrores cometidos durante o nazismo exigiram da comunidade internacional a criação de um sistema de proteção internacional de direitos humanos, acionável quando as instituições nacionais se mostrassem falhas ou omissas. O marco inicial do processo de construção desta sistemática internacional foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e, a partir dela, inúmeros tratados internacionais foram adotados no âmbito das Nações Unidas para a proteção dos direitos da pessoa humana (ex: as Convenções contra a tortura, contra a discriminação racial, sobre a eliminação de discriminação contra a mulher, para a proteção dos direitos da criança,...). Fixava-se a concepção de que os direitos humanos constituem um tema global, de alcance universal, que não mais poderia se restringir às fronteiras da jurisdição doméstica de um Estado. Com o Pós-Guerra, os direitos humanos passam a ser concebidos como tema de legítimo interesse da comunidade internacional.

No sentido de fortalecer a proteção destes direitos, ao lado da sistemática criada pela ONU, nascem os instrumentos regionais de proteção, nos planos europeu, interamericano e africano. No que se refere ao plano interamericano, que diretamente se aplica ao caso brasileiro, foram criados importantes instrumentos e instâncias de monitoramento dos direitos internacionalmente enunciados. Dentre estas instâncias, destaque-se a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

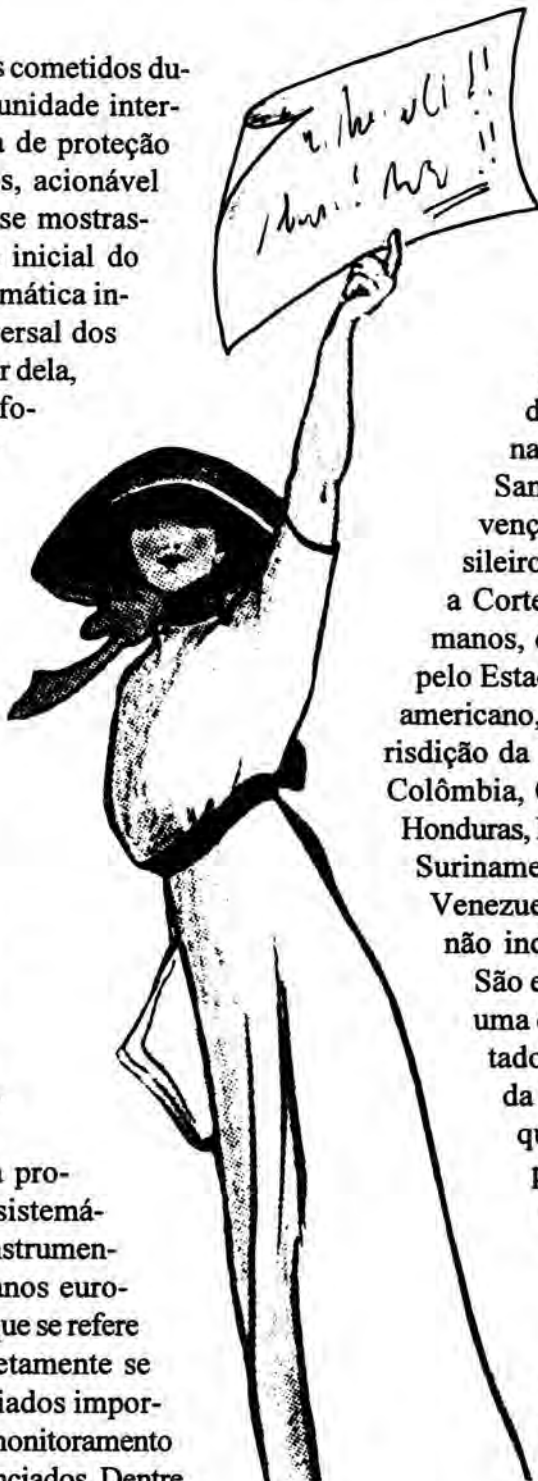
A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem a competência de julgar casos de violação de direitos humanos, quando as instituições nacionais se mostram falhas ou omissas. É obrigatório demonstrar o esgotamento prévio dos recursos internos para recorrer à Corte, ou seja, ela não substitui os Tribunais internos, mas tem o poder de julgar o modo pelo qual o

Estado cumpre as obrigações internacionais em matéria de direitos humanos. A Corte constitui o único órgão

jurisdicional internacional com atribuição de garantir e assegurar, no âmbito interamericano, a observância dos direitos internacionalmente enunciados.

O Brasil, a partir da democratização e mais precisamente a partir da Constituição de 1988, passou a aderir aos mais relevantes tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, dentre eles a Convenção Americana de Direitos Humanos ("Pacto de San José da Costa Rica"). Esta Convenção, incorporada pelo Direito Brasileiro em 25 de setembro de 1992, criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, todavia, ainda não foi aceita pelo Estado Brasileiro. No contexto latino-americano, dezesseis países reconhecem a jurisdição da Corte: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Lamentavelmente, este elenco não inclui o Brasil.

São estas as razões que impulsionaram uma campanha nacional para que o Estado Brasileiro aceite a competência da Corte Interamericana - campanha que já conta com a adesão de expressivas entidades governamentais e não-governamentais voltadas à promoção de direitos fundamentais. Este movimento lança ao Governo Brasileiro um importante e decisivo desafio - o desafio do pleno e total comprometimento à causa dos direitos humanos.



tempos nº 115

*Flávia Piovesan - Professora da PUC/SP; membro da PGE/SP e do CLADEM-BRASIL.*

*Silvia Pimentel - Professora PUC/SP; membro da CCR - Comissão de Cidadania e Reprodução e do CLADEM-BRASIL.*

*Valéria Pandjarian - advogada, pesquisadora e membro do CLADEM-BRASIL - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.*

# Aborto legal será apreciado na

*O aborto legal permitido nos casos de estupro e em hospitais públicos. O Movimento de Mulheres luta por isso em todo o país.*

Até o final do ano a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados deverá apreciar o projeto de lei nº 20/1991 de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT-P) e deputada Sandra Starling (T-MG) que prevê a obrigatoriedade do atendimento aos casos de aborto legal na rede pública de saúde. O aborto legal permitido nos casos de estupro e risco de vida da mãe e está previsto no artigo 128 do Código Penal desde 1940. O problema é que até agora as instituições de saúde não se vêm obrigadas a atender os casos de abortamento, pelo contrário, criam todo tipo de obstáculo para inviabilizar a prestação deste serviço, por isso alguns Estados já se anteciparam

e aprovaram leis municipais que prevêm a implantação do serviço na rede pública. O município de São Paulo foi o primeiro a atender os casos de aborto legal em 1989, no Hospital Jabaquara. Em seguida Campinas, Rio de Janeiro, Pernambuco e Distrito Federal. Recentemente Goiânia e Porto Alegre aprovaram lei municipal e o serviço está em fase de implantação.

Na opinião do médico Waldir Mesquita, presidente do Conselho Federal de Medicina, o mais difícil foi instalar o primeiro serviço, mas a partir de agora a implantação em outros Estados será mais rápida". É algo que não pára mais. Quanto maior a mobilização dos movimen-

tos sociais maior a pressão para a criação do serviço. O aborto resultante de um estupro, por exemplo, não é mais só um problema de saúde psíquica e física da mulher. É um assunto que diz respeito também à família". A demora na implantação no restante do País, segundo Mesquita, se deve ao preconceito da população e de autoridades em relação ao tema". Somos uma população com raízes religiosas o que às vezes dificulta a evolução da ciência". Acrescenta ainda que o Estado não está fazendo um favor quando decide implantar os serviços de atendimento dos casos de aborto legal". É uma decisão séria. Uma questão de saúde pública".

HOSPITAL	UF	ENDEREÇO	TELEFONE
Hospital Regional da Asa Sul	DF	SGAS 608 70203-900 - Brasília-DF	(061) 243-2322
Centro Integrado de Saúde Amauri de Medeiros - CISAN	PE	Rua Visconde de Mananguape s/nº - Encruzilhada 52030-010 - Recife-PE	(081) 427-3700
Hospital Agamenon Magalhães	PE	Estrada do Arraial, 2723 - Casa Amarela 52070-000 - Recife-PE	(081) 441-5888
Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães	RJ	Av. General José Cristino, 87 20921-400 - Rio de Janeiro-RJ	(021) 580-1132
Hospital Jabaquara	SP	Av. Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 860 04330-020 - São Paulo-SP	(011) 578-5111
Hospital Pérola Byington	SP	Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 683 01317-000 - São Paulo-SP	(011) 232-3433
Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher	SP	Rua Alexander Flemming, 101 Cidade Universitária 13092-340 - Campinas-SP	(019) 239-3004

# Câmara dos Deputados

*risco de vida já é feito em diversos  
a para que o serviço funcione em*

## Porto Alegre pode implantar o serviço

Até o final do ano o Hospital Femina, do SUS de Porto Alegre, ligado ao Grupo Hospitalar Conceição deverá começar a atender os primeiros casos de aborto legal do Estado. A implantação do serviço está prevista na lei municipal 7781 de autoria do vereador João Mota do PT que tramitou durante dois anos na Câmara Municipal e foi aprovada em abril deste ano.

Segundo o secretário municipal de saúde, Luis Henrique Almeida Mota, a implantação do serviço vai representar um avanço para a sociedade, já que até o momento as mulheres não tinham alternativa para fazer aborto na rede pública sendo obrigadas a procurar locais clandestinos, a maioria sem infra-estrutura necessária e com riscos para a saúde. A aprovação da lei e a implantação do serviço é resultado direto da pressão e organização do Movimento de Mulheres do RS, completa o secretário.

Equipe multidisciplinar- Para o atendimento de casos de aborto legal, o Hospital Femina vai montar uma equipe multidisciplinar, composta por psicólogos, assistentes sociais, médicos e enfermeiros com o objetivo de dar um atendimento completo à mulher. Além de realizar o aborto as mulheres que não engravidaram são submetidas à exames de doenças sexualmente transmissíveis e prevenção de câncer. Para a realização do aborto a mulher é atendida após ter feito o registro policial na Delegacia e exame de corpo delito.

## Goiânia implanta serviço de anticoncepção de emergência nos centros de saúde

Trinta e cinco centros de saúde da rede municipal de Goiânia implantaram no mês de setembro o serviço de anticoncepção de emergência para atender às mulheres vítimas de estupro. O objetivo é diminuir a possibilidade de gravidez através de técnicas específicas até 72 horas após a realização do estupro. A eficácia desse tratamento é de 70%. Este trabalho é desenvolvido conjuntamente com a Delegacia da Mulher de Goiânia. A anticoncepção de emergência é um serviço previsto e regularizado pelo Ministério da Saúde.

Aborto- Goiânia também já aprovou a lei municipal nº 7488/95 que prevê o atendimento de casos de aborto legal na rede pública de saúde. O serviço está em fase de implantação. A Secretaria Municipal de Saúde decidiu realizar inicialmente um curso de capacitação e treinamento de profissionais de saúde. Eles conheceram a técnica AMIU-Aspiração Manual Intrauterina-. O treinamento foi realizado durante uma semana nas 3 Maternidades da rede estadual de saúde e Hospital das clínicas. (A lei sobre aborto legal é municipal mas a implantação do serviço vai ser feita na rede Estadual).

A partir de agora as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde e entidades civis decidiram criar o comitê de aborto legal com o objetivo de discutir a forma de implantação do serviço. O comitê está trabalhando com entidades específicas como o Conselho Regional de Medicina, Sociedade Goiana de Ginecologia, Delegacia da Mulher etc. . . procurando esclarecer os profissionais de saúde sobre a importância da realização deste serviço.

A médica Marta Maria Alves da Silva, coordenadora da Rede Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia afirma que o trabalho mais difícil é o de convencimento dos profissionais porque ainda existe o preconceito quando a discussão é o aborto. "Procuramos alertar os médicos e enfermeiros sobre a necessidade do aborto legal, já que da forma que ele vem sendo feito clandestinamente traz sérios riscos para a mulher, como por exemplo, o aumento da taxa de mortalidade materna".

## Conferência Nacional de Saúde aprova moção

Pela primeira vez a Conferência Nacional de Saúde aprovou uma moção sobre o aborto. O movimento feminista presente na 10ª Conferência Nacional de Saúde realizada em Brasília, em agosto, conseguiu cerca de 300 assinaturas de delegados oficiais para encaminhar a moção na grande plenária que teve a participação de mais de 2000 pessoas. A Conferência acontece de 4 em 4 anos e tem como um dos objetivos redefinir a política de saúde no país.

Em quase todos os grupos de trabalho da Conferência foi discutida a questão do aborto. Foram mais de 50 grupos que debateram dois pontos importantes: o aborto previsto em lei e a discriminação/legalização do aborto. Esses dois temas foram levados à plenária. A plenária final aprovou que deve-se exigir a garantia do atendimento pelos hospitais públicos dos casos de aborto permitidos em lei.

Para a representante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, a médica, Maria do Espírito Santo Tavares, a Santinha, a discussão já representou um grande avanço para a sociedade e o Movimento de Mulheres. Ela afirma que foi uma discussão civilizada e até didática que esclareceu muitos pontos em relação ao tema para pessoas do Brasil inteiro que participaram da Conferência. "Tinha muita gente que nem sequer sabia que o aborto legal está previsto no Código Penal desde 1940". Acrescenta que a discussão sobre o aborto ganhou espaço na sociedade porque passou a ser considerado caso de saúde pública. "A partir de agora o aborto é tratado como uma questão de política de saúde. Não é somente uma discussão da mulher e do casal. É também uma questão de interesse dos profissionais de saúde e do Governo. É principalmente um caso de saúde pública".

# Estratégias de Igualdade

**Rosiska Darcy de Oliveira**

*Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*

A plataforma de Ação da 4ª Conferência Mundial Sobre a Mulher confrontou os Governos signatários à necessidade de formular um Plano de Ação Nacional. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no cumprimento dessa tarefa preferiu trabalhar com a idéia de estratégias. Isto porque um plano remete um sistema fechado que não nos parece corresponder à maneira como a sociedade brasileira vem se movimentando.

A mulher que a Plataforma de Ação propõe ao mundo, e que o Brasil endossou, é uma cidadã completa, responsável por si mesma, pela sua família, pela comunidade e sociedade em que vive. Ao partilhar em igualdade de condições essas responsabilidades com os homens, esta mulher é cidadã de um mundo civilizado. Porque é disto que se trata, foi disso que tratou Pequim. Tratou de fazer um indispensável aprimoramento, uma indispensável correção a uma das mais graves distorções, a um dos mais graves fracassos do projeto humano que é a humilhação pública e privada de que sofrem as mulheres.

A mulher que emerge da Plataforma aprovada em Pequim é educada, sadia, escolhe a família em que quer viver, assume a maternidade no momento em que lhe parece conveniente, exerce-a com responsabilidade, entendendo que na vida familiar também se joga o destino do planeta, decide sobre sua sexualidade e está protegida da violência. Esta mulher garante o seu sustento e tem, no mundo econômico, os mesmos direitos e oportunidades que os homens. Participa das decisões políticas em igualdade de condições e pode assim assegurar que seus espaços e direitos serão respeitados.

Se a vivência de Pequim foi exaltante, mais árida é a confrontação à tarefa cotidiana de sua implementação. Transformar sonhos e compromissos em políticas públicas tem sido nosso cotidiano no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. De lá prá cá negociamos com diversos Ministérios protocolos que estão efetivando a Plataforma de Ação. Na saúde, duas iniciativas. O planejamento

familiar, constante demanda das mulheres (e não só delas, mas de toda a sociedade brasileira) já reconhecido como direito na Constituição de 1988 e sempre adiado, entregue ao ritmo dolente das burocracias. No dia 8 de março último, o Ministério da Saúde assinou na presença do Presidente da República, um protocolo preparado pelo Conselho em que se obriga a implementar ações relativas ao planejamento familiar no âmbito do Sistema Único de Saúde. Obriga-se também a execução de um programa nacional de prevenção e tratamento do câncer de colo de útero e de mama, com ênfase nas mulheres na faixa de 35 a 49 anos, as mais atingidas por uma doença hoje perfeitamente evitável.

O Ministério da Educação comprometeu-se na mesma ocasião, a incluir como um dos critérios para a seleção dos livros didáticos destinados às escolas de primeiro e segundo grau o conteúdo não discriminatório em relação à mulher. Decidiu também incorporar à programação curricular da TV Escola temas que promovam a igualdade de direitos entre homens e mulheres. O livro didático e mentalidade dos professores são componentes de uma estratégia para fazer da escola uma alavanca de democratização das relações de gênero na sociedade.

O Ministério do Trabalho reconhecendo o fenômeno da feminização da pobreza está promovendo programas de treinamento e capacitação em favor de adolescentes vítimas de exploração sexual e mulheres chefes de família.

O Ministério da Justiça lançou um programa de combate à violência contra a mulher como parte integrante do Plano Nacional de Direitos Humanos. Neste contexto o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional proposta de emenda ao Código Penal destacando os crimes de estupro e abuso sexual no capítulo dos crimes contra a pessoa. Esta proposta responde a um antigo clamor do Movimento de Mulheres indignado contra o tratamento leniente dado pelo Código de 1940 a crimes gravíssimos. O reforço das Delegacias de Mulheres também faz parte deste elenco de medidas.

Ao longo do ano o CNDM, em seu esforço de interiorização da Plataforma de Ação assinou com governadores de Estado e prefeitos das capitais protocolos de cumprimento, a ní-

vel local, dos compromissos de Pequim. Em um ano 1/3 dos Estados brasileiros foi atingido. Estabelecemos relações de apoio e colaboração em torno destas metas com a rede de Conselhos estaduais e municipais de Defesa da Mulher espalhados por todo o Brasil.

Estamos trabalhando com a bancada feminina no Congresso Nacional na definição de uma agenda comum de prioridades de ação legislativa. Em consonância com a recomendação aprovada em Pequim, considerando que os Estados estão analisando a revisão das leis que contêm medidas punitivas contra as mulheres que realizam abortos ilegais, o Conselho exprimiu publicamente sua veemente oposição a uma proposta de emenda constitucional visando a considerar ilegal toda e qualquer forma de interrupção voluntária da gravidez. Tal emenda, que se aprovada, representaria grave retrocesso nos direitos já conquistados pelas mulheres brasileiras, foi repudiada pelo Movimento de Mulheres e terminou por ser rejeitada pelo Congresso Nacional.

A travessia do Executivo representada pelos protocolos, a ação comum com a bancada feminina, a multiplicidade de iniciativas e esferas de ação das ONGs e dos grupos de mulheres são, já em si, estratégias de cumprimento da Plataforma. Com o objetivo de acelerar a concretização deste processo de mudanças, o CNDM preparou um documento intitulado, **ESTRATÉGIAS DE IGUALDADE**, que queremos ver amplamente discutido em todo o Brasil por mulheres e homens comprometidos com a causa da democracia. A discussão deste documento terá um duplo objetivo: divulgar em círculos cada vez mais amplos o espírito da Plataforma de Pequim e abrir espaços para parcerias que resultem em sua implementação. Essas parcerias envolvendo os diferentes níveis do Poder Público e a diversidade de atores da sociedade civil significam uma mobilização de vontades e recursos humanos e materiais em torno de um grande objetivo comum: a transformação dos direitos das mulheres em dever de todos. Com esta multiplicidade de iniciativas no Plano do Governo, do Parlamento e da Sociedade Civil estamos demonstrando que na democracia a igualdade entre os sexos faz de fato toda a diferença.



## Gênero On-Line

# Monitorando Beijing no Cyberspace\*

## Mulheres avaliam a IV Conferência Mundial sobre a Mulher

De 5 a 8 de setembro, mais de mil mulheres de 71 países reuniram-se em Washington para avaliar o primeiro aniversário da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. O evento, organizado pelo AWID (Fórum da Associação para Mulheres em Desenvolvimento) teve um caráter disciplinar e teve como saldo a elaboração de um documento de consenso onde são apontados os principais avanços, impedimentos e recomendações para a implementação da Plataforma de Beijing nos diversos países. A carta "Beijing: Um ano depois", destaca o seguinte: \* Considera-se avanços em diversos países: a organização das mulheres em grupos de trabalho para incrementar sua participação política na implementação da Plataforma de Ação (P.A.); a criação por parte de vários governos, de um Plano Nacional de Ação visando essa implementação. Reconhece-se que só há mudanças significativas onde há uma maior participação das mulheres. Como exemplo o documento cita a criação de cotas para a participação delas em disputas eleitorais. As forças conservadoras - religiosas, econômicas etc - são apontadas como responsáveis por entraves à implementação da Plataforma por tentar mudar os seus significados e o conteúdo de suas recomendações. Há uma severa crítica aos governos que não têm um entendimento holístico da Plataforma de Ação e acabam por fragmentá-la resultando em "medidas pequenas e específicas que pouco contribuem para provocar mudanças(...). Isso não basta.", reitera o documento. No campo das recomendações reforça-se a necessidade de compromisso geral para a implementação da P. A., seja dos governos, seja da sociedade civil e relembra-se que o movimento de mulheres, em todas as suas formas de organização estão comprometidas com o monitoramento da Plataforma de Ação Uma das principais exigências dirige-se aos governos e a ONU: que sejam criados novos mecanismos e destinados recursos para tornar efetiva a P. A. e que os velhos mecanismos sejam transformados a partir de uma ótica de gênero. "As mulheres não esperam nada menos de nossos governos e da ONU".

(Fonte: Agencia Latinoamericana de Informacion (ALAI) - [info@alai.ecx.apc.org](mailto:info@alai.ecx.apc.org) - texto original: "Beijing: Um ano depois", por Sally Burch)

## Novo índice avaliará compromissos de Beijing

É o novo indicador de implementação da Plataforma de Ação que a partir deste mês será aplicado na avaliação de como os países da América Latina estão cumprindo os compromissos assinados em Beijing. A proposta é que este novo indicador possa mostrar através de dados simples, confiáveis e de fácil compreensão para a população o quanto se avança a cada ano em favor da igualdade da mulher", ressaltou a coordenadora de Isis Internacional Ana Maria Gomez. Espera-se para breve um informe contendo os primeiros resultados das avaliações feitas em cada país a partir deste indicador. (Fonte: International Press Service (IPS - [ips-info@igc.apc.org](mailto:ips-info@igc.apc.org)) - [igc:newsdesk](mailto:igc:newsdesk) - texto original: America Latina: Um novo índice para cumprirle a la mujer, por Estrella Gutierrez)

## Declaração de Amsterdã sobre o aborto

Está circulando nas conferências eletrônicas da Rede APC/Alternex a Declaração de Amsterdã sobre o Aborto, 1996". O documento foi aprovado durante o Congresso Internacional "Abortion Matters", realizado naquela cidade em março deste ano. A declaração traz, entre suas recomendações: romper o tabu do aborto e promover o debate sobre o tema; apoiar e defender a criação de serviços legais de aborto voluntário seguro e humanitário para todas as mulheres que desejem, como parte dos cuidados com a vida reprodutiva; vincular os serviços de aborto e o tratamento de complicações do aborto inseguro nos serviços de planejamento familiar e integrá-los em serviços de saúde sexual e reprodutiva; melhorar, ampliar e proporcionar serviços e métodos anticoncepcionais para todas as mulheres e homens que o desejem como forma de evitar a dependência em relação ao aborto para solucionar uma gravidez indesejada. A Declaração pode ser encontrada na íntegra na conferência eletrônica <[saude.direprod](mailto:saude.direprod)>, na rede Alternex e na home page <<http://www.ax.apc.org>>, na Internet. Quem não tiver acesso a redes eletrônicas, pode solicitar cópia a esta coluna (ver endereço abaixo).

(Fonte: [cimac@laneta.apc.org](mailto:cimac@laneta.apc.org))

(\* Um serviço de Informações do Projeto Gênero on Line - Redação Márcia Laranjeira - Contatos: SOS CORPO - Fone: (081) 423-3044 - Fax: (081) 423-3180 - E-mail: [soscorpo@ax.apc.org](mailto:soscorpo@ax.apc.org) - Apoio: The Global Fund for Women.

## Campanha de Prevenção de câncer de colo chega ao interior de Pernambuco

O SOS Corpo adotou, neste ano, uma tática diferente para propagar a campanha de prevenção do câncer de colo: a interiorização. Mensagens publicitárias de televisão e rádio, informes jornalísticos e entrevistas começam a chegar nas cidades do interior de Pernambuco. É a campanha "Prevenção do câncer de colo" que está sendo intensificada no interior do Estado com o objetivo de atingir o maior número possível de mulheres.

O SOS Corpo conta com o apoio dos comunicadores de rádio e serviço de Imprensa do Governo para divulgar a campanha que agora também tem novo enfoque. Pretende alertar as mulheres que não têm vida sexual ativa e até aquelas que nunca tiveram relação sexual a fazer o exame de prevenção de câncer de colo. O slogan anterior da campanha que começou há 3 anos, "quem faz sexo faz prevenção" foi substituído por "prevenção de câncer. Prá quem nunca fez tá na hora". Desde o início da campanha em 1994 já foi registrado um aumento de cerca de 70% de exames para detectar câncer de colo.

Profissionais de saúde - Além da campanha na mídia o SOS Corpo segue reforçando a parceria com a região Metropolitana de Recife, entre elas as Secretarias de Saúde da Prefeitura, de Camaragibe e do Estado visando a qualidade dos serviços e treinamento

de recursos humanos. O SOS Corpo vem treinando profissionais de saúde para esclarecer a campanha. Até o momento foram realizadas reuniões com profissionais da diretoria e de chefias na Maternidade Bandeira Filho, técnicos do Lacen (laboratório central) e Unidade Móvel do Estado. Foram realizadas também oficinas de sensibilização e capacitação de profissionais de saúde no interior. O treinamento é levado a profissionais lotados em municípios de diversas DIRES-Diretorias Regionais de Saúde nas cidades de Limoeiro, Caruaru e Arcoverde. Em Camaragibe mais de 25 agentes de saúde da Unidade de Saúde da Família também foram treinados.

A parceria com organizações de mulheres como o Centro das Mulheres do Cabo, Grupo de Mulheres do Morro da Conceição e da comunidade de Chão de Estrela e Imbiribeira tem fortalecido a ação educativa nos bairros. Só no primeiro semestre foram realizadas 4 palestras no Morro da Conceição e outras 5 na Imbiribeira. Para a Coordenadora do Programa de Saúde e Direitos Reprodutivos, Vania Maia o interesse de mulheres em participar dessas reuniões atesta o sucesso da campanha. "Só no Morro cerca de 60 mulheres já participaram das discussões sobre prevenção do câncer de colo e na



fempress nº 148/149

Imbiribeira outras 100".

Estatística- O Recife convive hoje com a triste estatística de ser uma das cidades com maior incidência do câncer de colo de útero. Pesquisas revelam uma incidência de 83,2 casos para cada 100 mil mulheres. Procurando alertar as autoridades e a população sobre a importância da prevenção o SOS Corpo vem desenvolvendo essa campanha há 3 anos com o objetivo de aumentar a demanda pelo exame preventivo, ou Papanicolau que apresenta uma grande eficácia na identificação de lesões iniciais que podem vir a se transformar num câncer de colo de útero se não forem tratadas precocemente.

## Domésticas ganham cartilha

As mulheres contam, hoje, com mais um documento informativo para auxiliá-las no exercício de sua cidadania. Trata-se da cartilha "Mulher, saúde e cidadania - Cuide de sua saúde e conheça seus direitos", elaborada através de um trabalho conjunto da CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação e do STD - Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro, com o apoio do FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas.

A publicação, que teve como objetivo ampliar a noção de cidadania



das trabalhadoras domésticas, contém informações gerais sobre as principais Conferências das Nações Unidas, sobre direitos civis, sociais

e trabalhistas e sobre como prevenir e buscar ajuda em casos de violência doméstica.

Contém, ainda, endereços úteis de serviços públicos, tanto de saúde como de acesso à justiça, criados para garantir o respeito à cidadania assegurado pela Constituição de 1988.

As interessadas poderão obter maiores informações sobre a cartilha e forma de aquisição, através da CEPIA, pelos telefones (021) 245-4285 e tel/fax (021) 225-6115 e 205-2136 e do STD, tel. (021) 273-2699 e tel/fax (021) 293-0502.

# 10ª Conferência Nacional de Saúde

## *Olhar das Mulheres*

Clair Castilho Coelho\*

Nos dias 2 a 6 de setembro deste ano foi realizada em Brasília a 10ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). O tema central foi "SUS - Construindo um modelo de atenção à saúde para a qualidade de vida" com o objetivo de avaliar a implantação do SUS, propor e definir estratégias para avançar.

A fase atual é da municipalização que se realiza mediante as diferentes instâncias de gestão ("incipiente", "parcial") e se consolida com o fortalecimento dos conselhos e dos fundos e com a formulação e a execução dos planos municipais de saúde, orientados pela Norma Operacional Básica (NOB-93). Além disso, a política de recursos humanos, a descentralização, a universalidade do atendimento e o controle social são diretrizes a serem analisadas. Pela primeira vez tem-se ações e resultados práticos sobre os quais propor formulações teóricas, capazes de contribuir para a estratégia de implantação do SUS.

Os debates realizados na Conferência demonstram a enorme diversidade de propostas e soluções encontradas para aprimorar os serviços públicos de saúde. No plano administrativo, portanto, a situação que se configura é bastante concreta, ampla e criativa. No plano político ficou evidenciada a profunda divergência entre as propostas da sociedade civil e do movimento sanitário e a proposição do governo brasileiro. Estão presentes os compromissos internacionais assumidos pelo país, centrados numa política de ajuste estrutural, de cunho neo-liberal, em que não cabe um sistema de saúde, público, único, universal, integral e de qualidade, concebido como "direito de todos e dever do estado", de conotação, no mínimo sócio-democrata. O resultado ostensivo da ação do governo são os cortes drásticos no orçamento para o setor saúde.

Este é o cenário onde ocorreram as mais diferentes manifestações, frutos de contradições político-ideológicas, insuperáveis, se reduzidas aos limites do SUS.

Quanto à equidade, tanto na formulação das políticas quanto nas práticas, ficou claro que esta categoria não é tratada de forma prioritária dentro do sistema de saúde. Uma das evidências é a desativação quase completa do PAISM (Programa de Ação Integrada à Saúde da Mulher) e a ênfase dada ao PSP (Plano de Saúde da Família), diluindo recursos, esvaziando serviços já existentes e enfatizando como bom resultado apenas a queda nos coeficientes de mortalidade infantil.

Neste aspecto foi importante a participação dos movimentos organizados de mulheres, negros, pessoas portadoras de deficiência, trabalhadores rurais sem terra, entre outros. A presença destes grupos intensificou os debates e realçou a falácia da equidade numa sociedade capitalista, periférica com discriminação de classe, gênero e raça/etnia.

No entanto, a Conferência tem um papel intransferível na consolidação do SUS e da própria democracia em nosso país. Constitui-se na maior e mais importante experiência de participação popular e controle social construída pelos diversos setores que integram o movimento sanitário.

Para as mulheres as conferências de saúde começaram a apresentar um interesse maior a partir da 8ª CNS realizada em 1986. Pela primeira vez marcou-se presença e conseguiu-se, logo a seguir, realizar a 1ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher, ressaltando-se as reivindicações em torno do PAISM, legalização do aborto, luta contra a mortalidade materna e integridade das ações. A partir daí a participação feminina foi sempre crescente e marcante.

As mulheres presentes à 10ª CNS, delegadas, principalmente da representação dos usuários, desenvolveram um intenso trabalho de articulação e diálogo, tanto em grupos específicos como em mesas redondas e plenárias.

Protagonizaram, mais uma vez, o histórico enfrentamento sobre a legalização do aborto, com os setores conservadores, ligados à Igreja e seus aliados, o que ocorre, invariavelmente em todas as conferências. A novidade da 10ª CNS, extremamente promissora, foi a constatação que o movimento feminista conseguiu extrair seus próprios limites e levar seu discurso e suas bandeiras para outros grupos organizados. A tal ponto que o destaque referente à legalização/descriminalização do aborto, considerada "marca registrada" das feministas, foi apresentada pela representação da Central Única dos Trabalhadores.

Outro ponto positivo foi a participação das mulheres, através da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos em diferentes mesas e painéis complementares, que variaram desde Bioética, Políticas Públicas Saudáveis, Qualidade de Vida, Saúde e Ambiente, Controle Social, Saúde do Trabalhador, além da presença na primeira mesa oficial. Esta movimentação toda consolidou uma tendência do movimento feminista nos últimos anos que é a ampliação do leque de

novos interlocutores e a diversificação das alianças políticas. É interessante referir o parágrafo de abertura do documento aprovado e apresentado como adendo à Tese da CUT à 10ª CNS sob o título "Saúde da Mulher": "A situação de desigualdade vivida pelas mulheres têm conseqüências em sua saúde física e mental, o que requer uma atenção diferenciada, são exemplos: a violência doméstica e sexual, a dupla jornada exaustiva, a responsabilidade pelos cuidados com a casa e os filhos na maioria das vezes não dividida, além de seus corpos serem o centro das atenções nas políticas de controle de natalidade. Não podemos pensar um programa de saúde global, onde a atenção à saúde da mulher não esteja contemplada com destaques". Como pode-se notar as reflexões do movimento feminista estão sendo incorporadas por importantes setores de nossa sociedade.

O saldo da Conferência foi bastante significativo e conseguiu-se aprovar, na plenária final, as seguintes proposições:

- **Implantação imediata do PAISM com fortalecimento do SUS;**
- **Expansão do aborto legal e sua realização pelos hospitais públicos;**
- **Programas de saúde do trabalhador considerando o impacto das condições de trabalho no corpo de homens e mulheres, assim como as especificidades raciais;**
- **Rejeição imediata, pelo Congresso Nacional, aos vetos apostos à lei do Planejamento Familiar;**
- **Realização da 2ª Conferência Nacional da Saúde da Mulher.**

Só faltou a legalização do aborto, mas o avanço foi significativo e a votação teve um resultado muito estreito. Aos poucos a sociedade vai absorvendo essa tese, e compreendendo que quando se trata de resolver um problema de saúde pública, não adianta fundamentalismo religioso, fanatismo ou falsos dilemas. Finalmente, a certeza que o espaço da 10ª foi preenchido com competência, que o caminho é logo e difícil, mas, que acima de tudo "o terceiro milênio nos pertence...".

**Clair Castilho Coelho**  
 Professora Adjunta de Saúde Pública da UFSC  
 Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher  
 Delegada da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos na 10ª CNS  
 Presidente do Conselho Deliberativo da "Casa da Mulher Catarina" - Florianópolis-SC

# A C O N T E C E

## Grupo de Trabalho, Raça e Etnia apresenta proposta para a Reunião do Comitê Nacional

O Grupo de Trabalho Raça e Etnia da Articulação de Mulheres Brasileiras já está com as propostas prontas para serem levadas à Reunião do Comitê Nacional, em novembro, no Recife, onde será discutido um plano de trabalho para colocar em prática as deliberações da Conferência de Beijing. O grupo composto por 7 integrantes de vários Estados apresentou inúmeras sugestões a serem trabalhadas pela Articulação Nacional de Mulheres Brasileiras na área da violência, saúde, educação, poder, trabalho, autonomia econômica da mulher e pobreza, sem terra e sem teto. Entre as propostas estão a elaboração de um dossiê nacional sobre mulheres negras e presídio, criação de Centros de Referência para as mulheres em situação de violência, dar visibilidade

às mulheres negras e indígenas na política através do lançamento de uma campanha nacional pela importância do voto para as mulheres nessas eleições.

Campanha/Seminário - O G. T. Raça e Etnia propôs também a realização em 1997, de um "Seminário Nacional Gênero, Raça e Etnia" com o objetivo de compatibilizar os princípios da plataforma de Beijing relativos à questão racial/étnica. Além do seminário, defende também a realização de uma Campanha Nacional de Mulheres Negras e Indígenas com visibilidade na mídia. A campanha teria como um dos temas "A Cor Feminina do Poder". Seria realizado um mapeamento dos espaços de poder ocupados por mulheres a partir do resultado das eleições municipais.

A Articulação Nacional de

Mulheres definiu como um dos eixos prioritários a questão racial. Desde 1987, quando do IX Encontro Nacional Feminista, em Garanhuns, as mulheres negras começaram a se organizar e discutir efetivamente suas reivindicações no âmbito do movimento feminista, afirmando a necessidade de se trabalhar a especificidade da mulher negra. Em 1988 foi consolidada esta temática no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, no Rio de Janeiro com a participação de 450 mulheres. "Hoje conquistamos espaços políticos e o maior ganho que obtivemos foi a visibilidade que a mulher negra passou a ter" destaca Cristina de Fátima Guimarães, do Coletivo de Mulheres Negras, de Brasília e uma das integrantes do GT Raça e Etnia.

## ERRATA

No Fêmea nº 43, ao noticiarmos a realização do plebiscito nacional sobre a união civil livre erramos a data. O plebiscito aconteceu dia 26 de setembro, em onze cidades brasileiras e um de seus objetivos foi plenamente atingido: contribuir para esclarecer a população sobre o Projeto de Lei nº 1151/95, da deputada Marta Suplicy (PT/SP), que disciplina a união entre pessoas do mesmo sexo. O resultado do plebiscito foi o seguinte:

GRUPOS PARTICIPANTES	SIM (%)	NÃO (%)	BRANCO/NULO (%)	VOTANTES
GHL - Grupo Homossexual Londrinense / Londrina - PR	50,50	49,50	0,50	612
Ipê Rosa / Goiânia - GO	69,13	29,08	1,70	337
Grupo 28 de Junho / Nova Iguaçu - RJ	70,60	29,40	Não Houve	249
Grupo Único Homossexual - Macaibense / Macaíba - RN	57,56	40,13	2,30	304
Grupo Estruturação / Brasília - DF	78,45	21,06	0,48	413
Grupo Tibira - Grupo de Gays e Lésbicas de São Luís - MA	68,68	28,28	3,03	99
Grupo "Habeas Corpus" / Natal - RN	76,08	22,32	1,50	439
Grupo Gay da Bahia / Salvador - BA	67,00	33,00	Não Houve	2050
AGANI - Associação de Gays e Amigos de Nova Iguaçu - RJ	81,32	16,73	1,94	252
Grupo Oxente de Libertação Homossexual GOLH / Natal - RN	75,25	24,74	Não Houve	578
Grupo M. E. L. Movimento do Espírito Lilás / João Pessoa - PB	69,20	30,10	0,69	289
<b>Totalização Nacional Parcial</b>	<b>68,15</b>	<b>31,22</b>	<b>0,62</b>	<b>5.627</b>
<b>Total de assinaturas "Abaixo assinado" a favor do projeto de Lei</b>				<b>977</b>

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000  
70718-900 - Brasília - DF

**IMPRESSO**  
  
**Fêmea**